

2º Encontro

Lisboa, CIDAC, 9 de março de 2013

MEMÓRIA

Presentes: Alexandra Correia (Terras Dentro), Álvaro Cidrais, Célia Quintas, David Machado (Rota do Guadiana), Fátima Belo (ACEP), Helena Mire Dores, Isabel Gaivão, João Cordovil, João Ferrão, Jorge Wemans, José Carlos Albino, Luísa T. Pereira (CIDAC), Manuel Trindade, Maria Joana Veloso, Nelson Dias (InLoco), Ricardo Silva (ADTR), Rui Pulido Valente, Susana Sousa

Tentaram participar via *skype* (mas o serviço de rede não estava amistoso): Augusto Sousa (RUMO), Clara Lourenço (ADCMoura), José Guerra (ADTR)

Ausentes que manifestaram interesse em participar, mas que não puderam fazê-lo: António Minhoto (AZU), Artur Cristovão, Clementina Henriques, David Marques (ESDIME), Fernanda Vaz (ACTVAR), Graça Rojão (COOLABORA), Helder Guerreiro, João José Fernandes (OIKOS), Jorge Miranda, José João Rodrigues, Pedro Ferrão, Telma Guerreiro (TAIPA), Tiago F. Pereira

Agenda (proposta e adotada)

1. Debate e consensualização das propostas do GT “*Inovação*”
 - 1.1. “Carta de Princípios” e “Denominação”
2. Debate e consensualização das propostas do GT “*Urgências e Entreeajuda do DL*”
 - 2.1. Resultados provisórios do Questionário
 - 2.2. Iniciativas Urgentes e Intervenções de Entreeajuda, no imediato
3. Apresentação do debate no GT “*Políticas Públicas para o desenvolvimento territorial*”
 - 3.1. Consensualização sobre “linhas mestras” de um documento público sobre “Desenvolvimento Territorial e QEC 2014/20”
4. Questões organizativas e comunicacionais
 - 4.1. Afinamento da “Equipa de Ligação” e dos “Grupos de Trabalho”
 - 4.2. Consensualização sobre as formas de comunicação entre os membros do “C&T”
 - 4.3. Debate e consensualização sobre o alargamento do Movimento e apresentação / comunicação pública
 - 4.4. Financiamento
 - 4.5. Passos seguintes e 3º Encontro Nacional

1.1. “Carta de Princípios” e “Denominação”

João Ferrão (JF) apresentou o trabalho realizado e identificou as seguintes questões em aberto, que deveriam ser alvo de definição de modo a encerrar a temática da Carta:

1. Designação: Cidadania & Território ou Território & Cidadania; fórum ou movimento
2. Conceito: «Desenvolvimento Local» (DL) ou «Desenvolvimento Territorial» (DT).
3. Lugar da Missão e da Visão na Carta
4. Alguns pormenores de redação final

Relembrou para que queremos a *Carta de Princípios*: para dentro, enquanto fator de coesão e

para fora, enquanto fator de identificação.

Jorge Wemans (JW), a propósito de um desafio lançado por José Carlos Albino, referiu que o nome PARTILHAR pode ser uma assinatura de C&T. Referiu também que o DL é o «nosso» espaço de origem, devendo manter esse património de auto identificação. Este fórum pretende partir da base local e da proximidade. A valorização das relações que constituem o local, é a nossa diferença. O nosso objeto é claro, ficáremos mais perto da experiência concreta, vinculando-nos ao local.

Nelson Dias (ND) enfatizou a importância de se criar um espaço que não é o das ADL. Devemos discutir atores, mas numa perspetiva de abertura. Importa saber: «para onde é que vamos?». Será para um fórum aberto a outras formas de pensar o desenvolvimento local, como os movimentos de Transição, do Orçamento Participativo, da Agenda 21 Local, das abordagens do tipo IBC e Kcidade, etc., que desenvolvem o território numa perspetiva local sem serem ADL. Se marcarmos este processo como um fórum de ADL, afastamos os outros, reduzindo o espaço de afirmação estratégica.

JF lembrou o facto de as ADL nunca terem tido interlocutores no governo. A ideia de DT dá mais força estratégica na relação com interlocutores que existem. Em relação à Carta e introduzindo uma preocupação manifestada no debate referiu que, pelo menos no âmbito da Carta, tem de se tornar claro que o foco da reflexão e da ação são as **comunidades locais**. E a palavra *local* tem de entrar noutros pontos da Carta, predispondo-se a trabalhar nesse sentido.

Alexandra Correia (ACo) referiu a importância de se centrar o debate na busca de caminhos e de outras abordagens para o desenvolvimento (local ou territorial).

José Carlos Albino (JCA) utilizando duas citações: «*Eu vim de longe, eu vou para longe*» e «*Sempre de baixo para cima para que tudo funcione bem de cima para baixo*», acentuou a importância da memória do DL e a necessidade do reforço do Local. Referiu também que a palavra *movimento* não pode ser abandonada – porque procura **intervenção e animação**. Acrescentou que a consensualização é um elemento essencial deste fórum. Pode ser um Fórum e um Movimento. Local e Territorial.

Ricardo Silva (RS) disse que o conceito de “desenvolvimento territorial” é mais rigoroso, enquanto o de DL está mais assimilado.

Luísa T. Pereira (LTP) apoiou a utilização do termo DT se no sentido da valorização das comunidades locais, vendo a proximidade como fator determinante da qualidade da intervenção (reflexiva ou operacional).

João Cordovil (JC) afirmou que o desenvolvimento dos territórios não é efetivo se não houver inserção, enraizamento local. «Valorizar sempre a dimensão de enraizamento local dos processos.» Não é uma dicotomia. É uma expressão de um processo interativo entre as diversas dimensões e atores. Fórum é mais confortável. Há uma componente virada para a ação. Não corre o risco de confronto ideológico politizado.

JW retomou a importância da memória como passo para o futuro para reforçar a preferência pelo conceito de Local. Referindo-se confortável com a ideia de Fórum, realçou que um dos maiores défices da nossa sociedade é o da incapacidade de pensar em coletivo.

Maria Joana Veloso interveio para apoiar a perspetiva de ND e manifestar preocupação com a vontade que lhe parecia expressa de acelerar caminho no sentido da intervenção e ação. Na sua

perspetiva, dever-se-á amadurecer o fórum e dar, primeiro, passos consistentes em terreno sólido.

Álvaro Cidrais (ACi), na sequência do debate, referiu a importância da integração entre diferentes perspetivas e da identidade de **anima(ção)** que se pretende ter, bem como, no futuro, a existência de ações que confirmem centralidade à temática Territorial na perspetiva que está proposta nos termos da Carta. Falou também na relevância de definir as escalas e a perspetiva de ação, bem como a abordagem, distinguindo a de Fórum – reflexão, da de Movimento – ação. Numa perspetiva estratégica de afirmação, um Fórum pode ser fragilizado pela vontade de concretização imediata em termos de movimento; os movimentos podem surgir depois de amadurecido o fórum enquanto espaço de aprendizagem coletiva e de reflexão.

JF referiu que a memória é uma questão central; um bom diploma tem a sua filosofia no preâmbulo, portanto, o DL tem de ser referenciado neste ponto. A proposta de JCA aponta para a integração da ideia de «processos democráticos, localmente enraizados» na Missão ou noutra parte referencial da Carta. Em relação ao debate sobre a questão de Fórum ou Movimento, referiu que o primeiro tem a grande vantagem de apresentar a ideia de «juntar diversos», numa dialética de pessoas e ideias.

Célia Quintas disse que o Fórum é um espaço de reflexão, de mediação e de intervenção com atores locais, o que, naturalmente, induz a ideia de movimento. Na definição de um Fórum há, de qualquer modo, um sentido de compromisso que assumimos.

JF referiu que, estrategicamente, o Fórum é uma opção para incluir e integrar.

JCA levantou uma questão sobre a designação: «os outros movimentos sabem muito mais o que é o DL do que é o DT. A palavra DT é menos conhecida.» Por isso, deve-se ponderar adequadamente esta variável. Sendo a Carta um elemento fundador, um «cartão de visita» para poder juntar pessoas, este debate sobre conceitos será essencial para escolher as palavras que melhor ficarão no cartão de visita. O que há de consenso sobre o que nos une. Tem de ser consensual. O Manifesto poderá ser, depois, um instrumento com propostas de ação.

LTP, em resposta ao questionamento sobre a pouca operacionalidade deste debate, referiu que este encontro de ideias é essencial para nos alinhar numa mesma proposta, sem equívocos. A maioria dos presentes concordou com a sua perspetiva.

Voltando-se à questão «Para que queremos a Carta?»,

JF referiu que se for para nos alinhar, o preâmbulo está bom. Se for para fora desta experiência das ADL, precisamos de um preâmbulo distinto que alargue a temática aos restantes movimentos já referidos por ND.

JC, a este propósito, identificou a Carta de Princípios como um instrumento de comunicação para dentro e para fora, um aglutinador de ideias e de vontades. Referiu também que embora reconheça que o DL está mais divulgado enquanto conceito, prefere a abrangência do DT. Concordando com Joana Veloso, destacou a importância da prudência no calendário de comunicação e a relevância do fórum para chamar a atenção do sistema das políticas públicas. Referiu também a necessidade de esclarecer a população em geral sobre o conceito de «Território» e a conveniência de se realizar um trabalho pedagógico para o colocar na agenda da sociedade como se fez com o termo «cidadania» (teve o apoio de vários presentes).

Esta é uma questão política relevante: o ordenamento, o planeamento, a participação crítica e ativa dos cidadãos. Há a necessidade de uma intervenção de cidadania sobre o território. Isto cruza-se com o trabalho e a vocação das ADL e das Comunidades Intermunicipais que hoje em

dia estão a disputar o lugar no panorama do DL. No seu entender, este fórum deveria dar um contributo para este debate, centrando certas questões.

Chegámos aqui porque percebemos que há um vazio institucional na defesa destas abordagens. Assim, este fórum surge como tentativa de criar uma estrutura ligeira, mas com grande capacidade de mobilização de pessoas e vontades sobre a questão do território. Assim, as intervenções sobre o território são a génese do grupo. Colocou em cima da mesa a seguinte questão: onde é que intervém cada uma das organizações, ADL, ADRAL, CIM, para gerirem fundos públicos? E complementou esta questão com outras como: em que medida é importante reforçar a proximidade e o local? Isso é o que nos distingue, a base local, mas quais os atores a envolver nas comunidades locais? Qual o seu papel? Como vão trabalhar em conjunto?

Rui Pulido Valente corroborou a opinião de JC, referindo que a preocupação central do Instituto do Território é a distribuição de fundos que, naturalmente, condiciona o papel dos atores, nem sempre no melhor sentido.

João Ferrão ofereceu-se como responsável pela organização final da *Carta de Princípios*.

2.1. Resultados provisórios do Questionário, iniciativas urgentes e Entreatajuda

JC fez o ponto da situação do Questionário lançado pela ADC Moura no seguimento do 1º Encontro: 5 respostas (4 ADL e 1 consultor).

Se houvesse mais respostas, verificar-se-ia como a informação obtida seria muito rica e útil. Só na base das existentes, é possível identificar algumas lacunas comuns, por ex., o apoio jurídico especializado, assim como problemas comuns: o financiamento...

MJV realçou que é importante promover uma cultura não baseada só nos financiamentos, mas encontrar outras soluções, procurar formas concretas para ultrapassar necessidades e difundi-las.

ACo falou nas tensões que existem por causa dos recursos humanos.

RS lembrou a importância de diversificar os clientes das iniciativas de autofinanciamento.

JC referiu como é fundamental ser-se mais proativo do que reativo e organizar um bom *lobbying* junto das instituições públicas.

DM corroborando, disse que esta ação deveria ser permanente e ter em atenção o que se passa nas várias regiões.

LTP falou no conceito de Iniciativas Urgentes, que não estava claro (talvez por isso elas não tinham ainda aparecido) e no de Intervenções de Entreatajuda, que lhe parecia fundamental como prática entre participantes no C&T. Referiu ainda a pertinência de se acolherem debates sobre matérias mais amplas, mais globais, mas com grande impacto local, como a questão da dívida.

ACi abordou o tema das ADL e a gestão, partindo da constatação de que o território mudou muito e perguntando-se com que legitimidade aquelas exigem apoio financeiro. No campo das respostas, falou na necessidade de maior interação e cooperação (por ex., prestação de serviços uns aos outros), na formação das lideranças, quer internas, quer face ao exterior.

JW opinou que todas as questões sociais podem passar pelo C&T.

JCA referiu a importância da junção de capacidades locais com centros de estudo, na área da

investigação.

JC lembrou que há vários documentos de reflexão, nomeadamente sobre experiências concretas que deveríamos ter em conta.

Entre o 2º e o 3º pontos da Agenda, o almoço partilhado, como previsto, além de nos poupar tempo, foi um excelente momento de convívio, reforço de energias e descoberta de vocações culinárias!

3.1. Documento público sobre “Desenvolvimento Territorial e QEC 2014/20”

David Machado (DM) iniciou a discussão com a apresentação da sua visão sobre o QEC, considerando que é um momento marcado por ausência de informação sobre quem está a elaborar o QEC. Neste contexto, apresentou algumas notas sobre a informação que lhe tem sido possível recolher. Destacou que apesar dos regulamentos comunitários serem favoráveis à discussão que se tem desenvolvido no fórum, se corre o risco do FEDER vir a estar separado dos restantes fundos, considerando que das 4 iniciativas territoriais que terão de ser preparadas apenas em 2 a gestão caberá à sociedade civil: i) CLDS; ii) PROVER. Referiu ainda que lhe parece que o QEC estará a ser preparado à luz do atual QREN e que isso é, na sua opinião, mau para o desenvolvimento local. Considera que desde o QCAIII aquilo a que se tem assistido é a uma maior centralização na gestão dos fundos e a uma menor participação.

Ainda no que se refere às questões do QEC, DM destacou também:

- i) a tensão que se evidencia entre Agricultura / Desenvolvimento Rural, considerando que até à data existiu um patamar de financiamento para o desenvolvimento rural que era importante manter;
- ii) apesar da regulamentação comunitária prever as ITI, estão a emergir para a gestão destes fundos as CIM (Comissões Intermunicipais). O programa VALORIZAR vai nesse sentido. Existe no entanto a perceção de que, por parte dos presidentes das CIM existe abertura para o desenvolvimento de um trabalho em colaboração, pelo menos ao nível do Alentejo;
- iii) destacou ainda algumas questões que irão merecer atenção:
 - a. Diversificação das atividades económicas (e uma nova atitude perante o emprego)
 - b. Nova dimensão na promoção do empreendedorismo
 - c. Energias renováveis de base comunitária
 - d. Pequena agricultura
 - e. Proteção de núcleos de paisagem, mas “paisagem para viver” e não “para visitar”
 - f. Articulação rural/urbano na discussão das práticas
 - g. Qualificação dos núcleos históricos.

JC referiu, corroborando a informação dada por DM, que a partilha de informação está a funcionar muito mal, existindo a necessidade de se criarem espaços específicos para discutir as questões levantadas.

JW disse que era importante que se criasse um “movimento” para discutir o que está em questão e assegurar a participação das ADL nessa discussão.

ACo referiu ainda a necessidade de se garantir uma partilha destas questões com outras regiões.

JCA, recentrando a discussão no âmbito do GT das Políticas Públicas, lembrou que tinha

colocado no wiki um tópico para discussão que visava consensualizarmos “que produto vamos elaborar; com que prazo e com quem”, sugerindo desde logo que fosse um produto “escrito no osso das matérias centrais”, no qual se reforcem as opções centrais que se defendem, biforcado depois em territórios de baixa densidade e em territórios suburbanos, trabalhando e discutindo modelos de governança que tenham em consideração estes 2 vetores.

Referiu ainda que o documento das ADL deverá constituir-se como um documento técnico para a programação, e que deverá ser um documento que deve ser apresentar propostas realistas. Importa também aqui definirmos que tipo de produto queremos e com que prazo.

ACi destacou a importância de qualquer posição distinguir claramente o que é uma necessidade de financiamento (sendo que essa é uma discussão interna) da discussão sobre qual pode/deve ser o papel das ADL no território, pois só tendo claro qual será esse papel é que é legítimo as ADL solicitarem financiamento.

ACo acrescentou que a prática dos projetos passados demonstrou que as ADL conseguem, com pouco financiamento, gerar muitos empregos.

JC destacou que esta discussão e tomada de posição não pode ficar circunscrita às ADL que compõem o fórum e que é importante alargar a discussão, podendo eventualmente pensar-se em elaborar posições diferentes para interlocutores diferenciados. Vamos estimular a “tomada de posição” face a um ou a vários destinatários distintos? E fazemos circular essa posição no fórum, embora mantendo a independência do fórum?

DM também reforçou a necessidade de se distinguir este documento, que responderá ao que lhes foi solicitado sobre o que querem as ADL dos PORegionais, do documento sobre políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Disponibilizou-se para, caso se verifique ser pertinente, fazer um documento sobre plurifundos mais abrangente, para além deste mais operativo relativo ao que foi solicitado sobre o que querem as ADL do PORegional.

Helena Mire Dores, face ao centramento da discussão sobre o posicionamento das ADL, destacou a necessidade de não se esquecer que o tema da agenda de trabalhos e do GT é o das políticas públicas para o desenvolvimento territorial, o que implica outro tipo de discussão.

JW, contudo, destacou não lhe parecer possível discutir “políticas públicas” deixando de lado as ADL.

JCA também reforçou a ideia de que o que o fórum deverá produzir é um documento (um primeiro manifesto) sobre desenvolvimento territorial em territórios de baixa densidade/territórios suburbanos. O outro documento pode ser estabilizado pelas ADL e o fórum poderá, caso concorde, divulgá-lo.

DM, corroborando a discussão iniciada, sugeriu que ACi pudesse dar o pontapé de saída para o documento do fórum.

ACi aceitou o desafio, destacando não lhe parecer que o documento possa ser elaborado num curto prazo, mas considerando que é um documento fundamental. Propôs-se iniciar a sua elaboração adotando as ideias já escritas em 3 documentos fundamentais: um documento do João Ferrão de 2010, um documento do João Cordovil e o Relatório Barca.

LTP acrescentou ser importante que o documento do fórum a elaborar não fosse só dirigido aos níveis de decisão, mas também à sociedade em geral.

Ficou acordado que

- i) se manteria o fórum informado sobre a discussão do QEC e
- ii) se trabalharia para percebermos se é possível elaborar um manifesto sobre políticas publicas.

Ficou também acordado que

- a) o grupo integraria: David Machado, Álvaro Cidrais e Susana Sousa, mas que é necessário ser mais abrangente para evitar um centramento nas ADL
- b) que o documento demorará algum tempo a ser construído, mas que é importante que a dinâmica se inicie (ainda que sem precipitações)
- c) que exista um documento de trabalho-base antes do encontro de dia 11 de maio
- d) propor que o João Cordovil, João Ferrão e Luísa T. Pereira integrem o grupo.

4. Questões organizativas e comunicacionais

Já com pouco tempo e menos participantes, passaram-se rapidamente em revista as questões enunciadas na Agenda:

4.1. Afinamento da “Equipa de Ligação” e dos “Grupos de Trabalho”

Confirmou-se que era importante reforçar a EdL e os GT.

A EdL ficou de fazer diligências no sentido de dar resposta à primeira questão, abordando a Graça Rojão e o Pedro Ferrão.

Um incentivo à participação nos GT deveria ser feito através da comunicação do fórum.

4.2. Consensualização sobre as formas de comunicação entre os membros do “C&T”

Não sendo possível debater o assunto como seria desejável, pesaram-se as vantagens e desvantagens da utilização do wiki. Apesar das dificuldades de alguns, verificou-se que este instrumento permite acumular, de forma organizada, a informação produzida e que facilita a interatividade e o trabalho colaborativo. Fundamentalmente por estas razões, decidiu-se manter o seu funcionamento, mas sem o abrir, por enquanto, ao exterior.

O outro meio de comunicação será a lista de *email*, a criar no *googlegroups*.

4.3. Consensualização sobre o alargamento do fórum e apresentação / comunicação pública

Considerou-se que a *Carta de Princípios*, assim como reflexões feitas nos 1º e 2º Encontros (ver as respetivas Memórias) constituíam a base para convidar organizações e pessoas a aderir ao C&T

Decidiu-se, consensualmente, que o fórum não estava ainda em condições para ser apresentado publicamente, deixando-se essa questão para debate no próximo Encontro.

4.4. Financiamento

No seguimento de algum debate e tendo sobretudo em vista poder apoiar deslocações aos Encontros de quem possa ter problemas em o fazer, assim como pagar algumas despesas de funcionamento (por ex., o alojamento do wiki), optou-se por solicitar uma contribuição de 5,00€ por pessoa até à próxima reunião para constituir um fundo próprio.

4.5. 3º Encontro Nacional

Lisboa, CIDAC, 11 de maio de 2013

Álvaro Cidrais, Luísa T. Pereira e Susana Sousa